

**CARTA ABERTA**

A Sua excelência, Secretário Executivo da CPLP

Com conhecimento para:

Exmo Sr. Director Geral da FAO

Pontos Focais da ESAN-CPLP

Embaixadores dos Estados Membros junto á FAO

Representante da FAO junto da CPLP

**Posicionamento político da REDSAN-CPLP e PC-CPLP relativamente à implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e reforço da Agricultura Familiar**

Exmo. Sr. Secretário Executivo da CPLP,

Embaixador Murade Murargy

A Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN-CPLP) e a Plataforma de Camponeses da CPLP (PC-CPLP) apresentam a V. Exa. os mais respeitosos cumprimentos.

Em Outubro de 2013 tivemos a oportunidade de ser recebidos em audiência por V. Exa. para debater a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP). Nessa ocasião manifestámos a nossa profunda preocupação com os atrasos significativos e até retrocessos verificados na implementação dos princípios de acordo político consagrados nessa estratégia e aprovados pelos Estados-membros. No seguimento, apresentámos um conjunto de reivindicações que constituíam, no nosso entender, os passos mais básicos para que a operacionalização da ESAN-CPLP pudesse avançar.

Em particular, chamámos a atenção para a falta de atribuição de recursos por parte dos Estados-membros, conforme previsto nos estatutos do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP). Exigimos por isso que nos informem sobre qual o ponto de situação da realização e da alocação de recursos por parte dos Estados-membros, em nome dos princípios fundamentais da transparência e prestação de contas para o correto uso dos recursos públicos. Verificamos também com profundo desagrado que o apoio previsto para a operacionalização do Mecanismo da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP também não foi efetivado. Exigimos por isso que os recursos aprovados e previstos para a estruturação e funcionamento do Mecanismo da Sociedade Civil sejam alocados de imediato e na proporção das contribuições já realizadas por parte dos Estados-membros, a fim de não comprometer uma participação qualificada da Sociedade Civil no processo de implementação da estratégia.

Constatamos que se continuam a verificar enormes debilidades na operacionalização dos órgãos de governança criados no quadro da estratégia, designadamente do Secretariado Técnico da ESAN-CPLP, cujo mandato se encontra quase integralmente por cumprir, limitando dessa forma o necessário acompanhamento aos Estados-membros para a execução do plano de atividades aprovado, bem como a própria participação da Sociedade Civil na sua implementação.

---

Registamos igualmente que o plano de atividades acordado na 1ª Sessão do CONSAN-CPLP realizada em Maputo não teve qualquer consequência, bem como se mostrou irrealista o subsequente plano de contingência aprovado por todos os Estados Membros na IV Reunião do Secretariado Técnico da ESAN-CPLP realizado em Cabo Verde em Novembro de 2013.

Simultaneamente, assistimos ao lançamento de algumas iniciativas sobre segurança alimentar e nutricional por parte dos Estados-membros, do Secretariado Executivo e da própria FAO – das quais destacamos a Campanha “Juntos contra a Fome, Alimentando a Esperança na CPLP” ou o IV Simpósio sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Sustentável da CPLP – as quais denotam um grande desconhecimento dos princípios políticos, compromissos e plano de atividades assumidos no âmbito da ESAN-CPLP. Um aparente desperdício de recursos e energias que compromete o enorme avanço que constituiu, em nossa opinião, a ESAN – CPLP.

Seis meses volvidos desde essa última audiência e a cerca de dois meses da realização da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, constatamos que não apenas nenhuma das preocupações anteriores da Sociedade Civil foi respondida, como se continua a verificar uma aparente falta de vontade política por parte dos Estados-membros e do próprio Secretariado Executivo da CPLP para avançar ou facilitar as condições mínimas para a efetivação dos compromissos assumidos e da ESAN – CPLP.

Neste contexto, e tendo em conta que a Sociedade Civil cumpriu cabalmente com as suas obrigações delineadas no quadro da ESAN-CPLP, mesmo sem recursos atribuídos para tal, e que é do seu interesse a consolidação do diálogo, lamentamos informar que, continuando a verificar-se a situação acima descrita, nos veremos forçados a questionar a pertinência da nossa permanência nos órgãos estatutários previstos na Estratégia, incluindo a participação formal na próxima sessão do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional que, esperamos, venha ainda a ocorrer em Díli, Timor-Leste.

Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN-CPLP)	Plataforma de Camponeses da CPLP (PCCPLP):
Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional de Angola	UNACA – União Nacional das Associações de Agricultores e Cooperativas Agro-Pecuárias de Angola
FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
PONGs – Plataforma das ONGs de Cabo Verde	Associação Pequenos Agricultores de Cabo Verde
RESSAN-GB - Rede para a Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional da Guiné-Bissau	Federação Camponesa KAFO
ROSA – Rede de Organizações pela Soberania Alimentar em Moçambique	UNAC – União Nacional dos Camponeses de Moçambique
REALIMENTAR – Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	CNA – Confederação Nacional da Agricultura
RESCSAN-STP – Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional de São Tomé e Príncipe	FENAPA – Federação Nacional das Associações de Pequenos Agricultores de São Tomé e Príncipe